



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

CAMINHOS PARA A CONVIVÊNCIA ÉTICA - O USO DAS ASSEMBLEIAS COMO ESPAÇOS PARA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Tamires Alves Monteiro - Faculdade SESI de Educação
Renato Ponzetto Aymbere – Faculdade SESI de Educação

RESUMO

Este estudo relata um curso de extensão destinado a fomentar reflexões sobre a formação de valores éticos na escola por meio da transformação das interações interpessoais. O curso visa discutir a relevância do currículo para a convivência ética e oferecer técnicas de mediação de conflitos utilizando assembleias escolares como espaços de diálogo e resolução. Participam do curso gestores que atuam como diretores e/ou coordenadores pedagógicos de uma escola da Rede SESI/SP, com encontros presenciais quinzenais para explorar temas pertinentes e realizar simulações de assembleias. Segundo Piaget (1994), é responsabilidade do adulto inserir a criança no mundo das normas e orientar essa relação. Para que o indivíduo alcance autonomia moral e intelectual, as relações devem basear-se no respeito mútuo e na cooperação. Nesse sentido, o curso propõe que os adultos reflitam sobre seus próprios valores e suas relações interpessoais. Para isso, é essencial que compreendam, teoricamente e metodologicamente, a importância de construir um ambiente verdadeiramente democrático e justo. A utilização das assembleias escolares como ferramenta prática permite a aplicação dos conceitos discutidos, favorecendo a mediação de conflitos e o diálogo construtivo. Dessa forma, o curso contribui para a criação de uma cultura escolar mais ética e colaborativa, alinhada com os princípios de respeito e cooperação defendidos por Piaget, essenciais para o desenvolvimento moral e intelectual dos estudantes.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Assembleias Escolares, Mediação de Conflitos

INTRODUÇÃO

Este texto visa compartilhar um relato de experiência sobre uma atividade de formação continuada focada na mediação de conflitos escolares, destinada a gestores de uma escola da Rede SESI/SP. Para alcançar esse objetivo, é necessário discutir brevemente o conceito de conflitos sob a perspectiva interacionista de Jean Piaget, explorar o uso de assembleias de sala como uma estratégia de mediação e considerar a estruturação de um programa de formação que capacite os educadores a atuarem como mediadores.

Ao abordar conflitos, é comum lembrar de confrontos entre estudantes, insultos, vandalismo e roubos, frequentemente divulgados pela mídia e acompanhados de justificativas para o aumento da violência nas escolas. No entanto, Vinha e Tognetta (2014) destacam que, no contexto escolar, o aumento se dá em situações de indisciplina e conflitos interpessoais,



configurados como atos de incivilidade. Essas generalizações imprecisas não diferenciam os tipos de violência que afetam o ambiente escolar, resultando na aplicação de medidas disciplinares uniformes e negligenciando o potencial pedagógico dessas situações.

Os educadores enfrentam diariamente diversas situações conflituosas que exigem respostas imediatas. Muitas vezes, essas respostas carecem de embasamento científico, impactando diretamente o desenvolvimento dos estudantes. Vinha (2000) observa que, apesar de não desejarem adotar abordagens autoritárias, os educadores frequentemente se sentem inseguros devido à falta de conhecimento sobre como agir adequadamente. Conflitos são vistos como eventos naturais e essenciais para o desenvolvimento humano, pois confrontam o indivíduo com um estado de desequilíbrio, incentivando-o a buscar estratégias para lidar com essa condição. Assim, conflitos permitem que os sujeitos compreendam perspectivas diferentes e desenvolvam empatia.

Uma educação voltada para a convivência democrática deve incorporar estratégias eficazes para a resolução de conflitos. Assembleias escolares surgem como espaços propícios para essa prática, permitindo que os estudantes vivenciem as consequências de suas ações, coordenem diferentes pontos de vista e busquem soluções justas e inclusivas. Nesse contexto, é fundamental que os próprios alunos sejam protagonistas do processo, enquanto o professor atua como facilitador, criando um espaço seguro para a expressão de experiências e sentimentos (Araújo, 2004).

Para que os professores se sintam seguros ao lidar com conflitos, é essencial que compreendam não apenas cognitivamente os conflitos, mas também tenham experiência em resolvê-los de maneira assertiva. A capacidade de lidar com conflitos está diretamente relacionada ao desenvolvimento da moralidade e afetividade, ou seja, à construção da competência moral. Segundo Puig (1998), as práticas morais educativas devem favorecer a construção da personalidade moral, fruto de um trabalho contínuo de elaboração e ressignificação de questões pessoais, sociais e culturais. Nesse sentido, é possível notar que o adulto assume um papel importante na formação moral das crianças e dos jovens, pois serão eles que os auxiliarão no processo de tomada de consciência sobre essas questões, por meio de práticas que envolvam o autoconhecimento, o diálogo, a troca de perspectivas e a participação na tomada de decisões.

Estudos indicam que muitos educadores enfrentam lacunas na formação necessária para fomentar autonomia e convivência democrática, revelando fragilidades na preparação para lidar



com conflitos interpessoais e no desenvolvimento integral dos alunos (Menin, Bataglia e Zechi, 2013; Couto, Alencar e Lima, 2021). Diante desse cenário, a formação continuada dos educadores, focada na reflexão crítica sobre a prática e na construção de competências para o desenvolvimento moral dos alunos, emerge como uma necessidade fundamental (Lima, Alencar e Couto, 2021).

Nesse contexto, o Grupo de Estudos e Pesquisas "Juventude, Educação e Cultura de Paz" da Faculdade Sesi integra a abordagem de formação contínua conhecida como "Aprendizagem em Serviço" (APS). Essa metodologia permite que os participantes abordem as necessidades específicas da comunidade, desenvolvendo soluções enquanto adquirem conhecimento. Destaca-se a importância atribuída às demandas e desafios cívicos, ao serviço comunitário e à aprendizagem de conteúdos, competências e valores. A implementação desse curso não apenas contribui para a promoção de uma cultura de paz, mas também fortalece os laços comunitários e cria um ambiente escolar mais acolhedor e seguro.

METODOLOGIA

O curso se embasa nos princípios metodológicos da Aprendizagem em Serviço (APS) (Puig, 2009), onde os participantes se envolvem ativamente na reflexão sobre as necessidades da comunidade, desenvolvendo soluções enquanto adquirem conhecimento. Essa abordagem destaca o serviço à comunidade e a aprendizagem de conteúdos, competências e valores. O contexto real desempenha um papel crucial na promoção da aprendizagem, permitindo aos educadores identificar e analisar problemas específicos da comunidade e desenvolver estratégias para resolvê-los. Isso estabelece uma conexão significativa entre a teoria e a prática, resultando em uma aplicação direcionada às necessidades da comunidade (Herrero, 2002).

A APS abrange várias etapas, desde a identificação dos problemas até a implementação de ações e avaliação dos resultados. Durante todo o processo, a reflexão contínua é enfatizada, permitindo aos participantes avaliar o impacto de suas ações e aprofundar sua compreensão das questões sociais. Após a intervenção, uma avaliação abrangente é realizada para medir o sucesso das estratégias implementadas e integrar os aprendizados práticos e teóricos.



A seguir há o relato de como foram planejadas e executadas algumas das fases das ações formativas com três gestoras, duas coordenadoras e uma diretora de uma escola da Rede SESI/SP, localizada em uma cidade da região metropolitana de São Paulo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência descrita ocorreu entre maio e junho de 2024, com encontros presenciais quinzenais na escola. É importante ressaltar que o curso ainda está em andamento. Até o momento, foram realizados dois encontros, e estão programados mais três a cinco encontros formativos. A seguir, serão detalhadas as atividades realizadas em cada um desses encontros e os passos planejados para o segundo semestre de 2024.

O início - Encontro do dia 03 de maio: grupo focal

O curso começou no dia 3 de maio, contando com a participação das duas coordenadoras pedagógicas e da diretora da instituição. O objetivo é que a equipe gestora, posteriormente, dissemine as ações formativas entre os docentes da escola, tornando-se multiplicadores não apenas das práticas e reflexões exploradas no curso, mas também da metodologia empregada.

No primeiro encontro, foi realizado um grupo focal que incluiu duas atividades: (1) uma dinâmica sobre o conceito de assembleias e seus diferentes tipos (de sala, escolar, docente etc.), com o intuito de refletir sobre pontos de interesse e oportunidades para esses públicos; (2) uma roda de conversa sobre as expectativas em relação ao uso de assembleias escolares.

Durante essas atividades, percebeu-se que diversas questões afetavam a convivência escolar e que a assembleia era apenas uma das vias de mediação. Outras estratégias precisariam ser planejadas para resolver os problemas levantados. Além disso, para que os métodos empregados na construção de assembleias fossem internalizados pela equipe, decidiu-se começar pelas assembleias de sala, conforme indicado por Araújo (2004) como um dos caminhos possíveis. A partir desse encontro, foram estabelecidos alguns acordos para as próximas reuniões: (1) estruturar e fortalecer os procedimentos das assembleias, inicialmente apenas com os estudantes (formando assembleias de sala); (2) realizar um encontro formativo para discutir os princípios e procedimentos das assembleias; (3) simular uma assembleia com representantes de sala, durante a qual os formadores observarão os procedimentos adotados.

Além disso, os formadores estão envolvendo estudantes do curso de Linguagens e Ciências Humanas, que participam do grupo de estudo “Juventude, Educação e Cultura de Paz”, para auxiliar no planejamento das práticas formativas realizadas durante os encontros. A primeira reunião do grupo para esse fim aconteceu no dia 14 de maio, para discutir as estratégias a serem adotadas no encontro formativo seguinte.

Encontro do dia 17 de maio: o que é assembleia e quais seus princípios

O objetivo do encontro foi discutir o conceito de assembleia e como ela se diferencia de uma reunião pedagógica, do conselho de classe e de uma roda de conversa. Além disso, foram abordados os princípios fundamentais de uma assembleia e os requisitos mínimos necessários para que os professores possam coordenar assembleias de classe.

Para esse momento, foram planejadas duas ações: (1) Foram apresentados três estudos de caso, abordando situações de conselho de classe, roda de conversa e assembleia. As gestoras precisariam identificar cada tipo de situação, analisar os procedimentos envolvidos e comparar as diferenças e semelhanças entre eles. (2) Dois estudos de caso foram apresentados, envolvendo situações de assembleia com problemas nos procedimentos. As gestoras deveriam identificar os problemas em cada caso e propor soluções. Essa atividade permitiu discutir a importância da escuta ativa, da linguagem descritiva e de uma abordagem educacional não punitiva, além de estratégias para montar uma pauta de assembleia. A formadora também trouxe uma experiência com o uso de jornal de parede, de acordo com Célestin Freinet (Araújo, 2004)

É importante destacar que os estudantes participantes do grupo de estudo estiveram ativamente envolvidos tanto nas estratégias utilizadas durante a formação quanto na elaboração dos estudos de caso. Para alcançar esse nível de engajamento, os professores responsáveis pelo grupo incentivaram os alunos a ler o livro "Assembleias Escolares" de Ulisses Araújo. No dia 14 de maio, o primeiro capítulo do livro foi discutido, juntamente com as possíveis propostas formativas para o segundo encontro com as gestoras.

Para o encontro seguinte, ficou combinado que as gestoras realizariam uma assembleia experimental com os representantes de cada ano das séries finais do ensino fundamental. No entanto, antes dessa experiência, concluíram que seria necessário promover uma roda de conversa com os pais para explicar o trabalho que seria iniciado na escola e suas finalidades. Além disso, essa roda de conversa também deveria ocorrer com os estudantes que participariam



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

da ação, para que compreendessem antecipadamente o que é uma assembleia, como ela funciona, e quais posturas e linguagens deveriam adotar.

Próximos passos: ações formativas do segundo semestre

Como mencionado anteriormente, estava agendado um terceiro encontro para junho, no qual os formadores assistiriam à assembleia, gravariam e posteriormente analisariam, junto com os estudantes do grupo de estudo, os procedimentos e condutas adotados pelas gestoras e estudantes. Com base nessa experiência, o quarto encontro seria planejado, mas devido a conflitos de agenda das gestoras, essa etapa não pôde ser realizada conforme planejado, sendo adiada para o segundo semestre de 2024. A expectativa é que haja pelo menos mais três encontros para que as gestoras se sintam seguras ao aplicar estratégias de assembleia com os estudantes e capacitar seus professores. Os próximos encontros serão planejados de acordo com as demandas da equipe, com foco no processo formativo que será conduzido com os docentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou explorar a formação de gestores no uso de assembleias escolares, visando promover reflexões e direcionamentos para a construção de uma proposta formativa mais eficaz diante dos desafios que afetam a convivência escolar. Para embasar essas discussões, recorreu-se aos estudos interacionistas, destacando a importância da formação do educador na perspectiva ética, visando o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual dos estudantes atendidos.

Apesar de o curso ainda estar em andamento, os primeiros encontros foram fundamentais para que as gestoras compreendessem a complexidade dos problemas que afetam a convivência escolar e a necessidade de abordagens diferenciadas para cada desafio. Ficou evidente que a assembleia escolar desempenha um papel essencial como um momento de mediação de conflitos sobre questões que impactam o coletivo.

Adicionalmente, ficou evidente que as estratégias empregadas na Aprendizagem em Serviço (APS) apresentam-se como uma metodologia promissora, uma vez que reconhecem os participantes como agentes ativos no processo de transformação de seus ambientes de trabalho e práticas educacionais. Essa abordagem também se revela altamente relevante para que as



gestoras possam disseminá-la entre seus professores, fomentando uma cultura de participação e colaboração na comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. *Assembleia escolar: um caminho para a resolução de conflitos*. São Paulo: Moderna, 2004. Disponível em: <https://www.ulissesaraujo.com/wp-content/uploads/2020/05/AssembleiaEscolar-UlissesFAraujo.pdf> Acesso em 02 Abr. 2024.

HERRERO, M. *El problema del agua. Un desafío para incorporar nuevas herramientas pedagógicas al aula Universitaria* (tesis doctoral). Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, 2002.

LIMA, M. G. de; ALENCAR, H. M. de.; COUTO, L. L. M. A construção de projetos em valores morais em uma escola municipal de Vitória - ES. *SCIELO PrePrints*. Submetido em 30 de junho de 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2524/version/2671> Acesso em 02 Abr. 2024.

MENIN, M. S.; BATAGLIA, P. U. R.; ZECHI, J. A. M. *Projetos bem-sucedidos de educação em valores*. São Paulo: Cortez, 2013.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. Tradução E. Lenardon. São Paulo: Summus, [1932], 1994.

PUIG, J. M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

PUIG, J. M. (Coord.). *Aprendizaje servicio: educación y compromiso cívico*. Barcelona: Graó, 2009.

VINHA, T. P. *O educador e a moralidade infantil numa visão construtivista*. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. Os conflitos interpessoais no brasil e as violências escondidas. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, v. 7, n. 1, 2014